

Organização produtiva e conflitos agrários em Portugal: O PCP entre camponeses e operários agrícolas

A interação entre movimentos sociais e transformações políticas durante os períodos de transição da ditadura à democracia ou em processos revolucionários.

GT07. A emergência e a transformação do protesto em estados socialistas / GT08. Movimentos sociais e mudança política

RESUMO: A comunicação visa apresentar um dos desdobramentos do projeto em andamento, denominado: “Território, empreendedorismo e pequena agricultura em aldeias do centro sul de Portugal”. Tal desdobramento tem como objetivo analisar a organização produtiva da dualidade (econômica, social e discursiva) construída entre norte e sul de Portugal no tocante a questão da terra, do acesso a ela e da organização produtiva dos camponeses e assalariados (operários) agrícolas do país. O recorte temporal desta análise é o período compreendido dentro de três décadas que antecede a chamada Revolução dos Cravos (1974). O material trabalhado para discutir a questão da terra e da organização de conflitos ligados a terra e a produção agrícola procura pensar a realidade de um sul, nomeadamente um Alentejo, agrário e organizado segundo a pauta do assalariamento agrícola e da típica divisão entre capital e trabalho, nos moldes, inclusive, de um “operariado agrícola”; e, de um norte com reminiscências pré-capitalistas com vínculos a pequena propriedade da terra e os chamados baldios (terrenos baldios). Metodologicamente o material usado para a investigação são duas publicações, jornais promovidos pelo PCP – Partido Comunista Português, um dirigido ao operariado agrícola do sul denominado “O Camponês” sem-terra e publicado clandestinamente entre 1947-1968; e outro, dirigido ao pequeno camponês do norte denominado “A terra” publicado entre 1949-1974. A comunicação e o texto são pautados na bibliografia sobre o tema e tem como objetivo entender e debater a atual organização produtiva, conflitiva e organizativa dos pequenos produtores agrícolas do país, de maneira geral.

PALAVRAS-CHAVE: PCP – partido Comunista Português; operários agrícolas; propaganda comunista; “baldios”; camponeses.

**TITLE: Productive organization and agrarian conflicts in Portugal:
The PCP between peasants and agricultural workers**

ABSTRACT: The communication aims to present one of the developments of the project in progress, called: "Territory, entrepreneurship and small farming in villages in the south central Portugal". This unfolding aims to analyze the productive organization of the

duality (economic, social and discursive) built between the north and south of Portugal in relation to the land issue, access to it and the productive organization of the country's agricultural workers. The temporal cut of this analysis is the period cut down within three decades that precedes the so-called Carnation Revolution (1974). The material worked to discuss the land issue and the organization of conflicts related to land and agricultural production seeks to think of the reality of a South, namely Alentejo, agrarian and organized according to the pattern of agricultural wage and the typical division between capital and labor, in the mold, even of an "agricultural laborer"; and from a north with pre-capitalist remnants with ties to small property of the land and the so-called "Baldios" (common lands). Methodologically the material used for the investigation are two publications, newspapers promoted by the PCP - Portuguese Communist Party, one directed to the agricultural laborer of the south denominated "The Peasant" without land and published clandestinely between 1947-1968; and another, addressed to the small peasant from the north called "The Land" published between 1949-1974. The communication and the text are based on the bibliography on the subject and aims to understand and debate the current productive, conflictive and organizational organization of the small agricultural producers of the country, in general.

KEYWORD: PCP - Portuguese Communist party; agricultural workers; communist propaganda; "Baldios" (Common Lands); peasants.

INTRODUÇÃO

Esta comunicação integra uma pesquisa de pós-doutorado a ser iniciada em agosto de 2018 no IHC – Instituto de História Contemporânea da Universidade Nova de Lisboa, juntamente com o CICS Nova – Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais da Universidade de Évora, com projeto intitulado: “Território, agricultura e subjetividade em aldeias do centro sul de Portugal.”

O texto é parte de um primeiro estudo exploratório anunciado no projeto de pós-doutoramento, devendo compor, ao final, uma das atividades previstas no cronograma de trabalho. Tenho como objetivo entender a organização social e econômica do mundo rural português perseguindo temas correntes da formação histórica da agricultura em Portugal na segunda metade do século passado. A proposta é entender e debater o tema da organização dos trabalhadores e camponeses a partir dos modelos produtivos em que estão inseridos. O ponto de partida é a divisão inicial que a literatura corrente faz sobre uma primeira divisão que separa o norte e o sul do país, apontando duas realidades distintas. Realidades rapidamente aqui anunciadas como de um norte camponês ligada a

formas de sociabilidade que apesar de originais estariam conectadas em sua origem ao período pré-capitalista; e, aquela atribuída ao sul do país, nomeadamente ao Alentejo de maneira geral, tida como da formação de um operariado agrícola.

Para o desenvolvimento desta comunicação, e a ligação que faço com o interesse em entender a organização do mundo agrícola português parto das primeiras análises em material produzido pelo PCP – Partido Comunista Português, nomeadamente duas publicações planfetárias dirigidas uma aos “operários agrícolas do Sul”, outra, aos “camponeses do Norte”.

“O Camponês” publicado entre 1947 e 1968, com algumas interrupções era o nome do jornal planfetário dirigido aos trabalhadores agrícolas do Sul, que como se sabe, estavam envolvidos com o processo de reforma agrária e com o compromisso de desmonte do latifúndio no sul de Portugal, no PREC – Processo Revolucionário em Curso, e, nos pós 25 de abril¹; “A Terra”, publicação do PCP corrente entre 1949 e 1974 era dirigida aos camponeses do norte do país.

Esta comunicação tem como objetivo abrir um primeiro diálogo que antecede o início de uma jornada de trabalho, também trocar experiências e informações entre pesquisadores com temáticas parecidas ou correlatas em diferentes partes do mundo. O texto apresenta as primeiras reflexões sobre o tema, fruto de uma primeira visita exploratória da bibliografia, entrevista com autores, visitas de campo em museu e material do PCP.

O projeto surgiu de um primeiro contato com o campo após visitas orientadas pelo projeto em andamento², e, uma rápida e instigante incursão no Museu do Aljube³, quando

¹ Os termos são usados livremente: PREC – Processo Revolucionário em Curso para designar o período compreendido entre a Revolução dos Cravos em abril de 1974 até a promulgação da Constituição portuguesa que ocorreu em abril de 1976. A Revolução dos Cravos, ou o “25 de abril” para se referir ao levante militar que pôs fim a quase meio século (1932-1974), de ditadura, conhecida como “salazarismo”, em alusão ao seu líder máximo (Antônio de Oliveira Salazar 1889-1870) que permaneceu no poder quase o período todo do Estado Novo, de 1932 até 1968, sendo substituído apenas no final do regime por Marcelo Caetano (1968 – 1974).

² O projeto em andamento (2018-2021) intitulado: “Território, empreendedorismo e pequena agricultura em aldeias do centro sul de Portugal”.

³ O Museu municipal do Aljube em Lisboa é dedicado a memória do combate a duradoura ditadura (1926-1974) instaurada pelo Estado Novo em Portugal. Tem como objetivo recuperar e salvaguardar a memória da resistência.

tomei contato com algumas orientações sobre a atuação do PCP – Partido Comunista Português. A metodologia utilizada será a leitura e análise dos periódicos em questão.

CAMPONESES E OPERÁRIOS AGRÍCOLAS

O Sul de Portugal é historicamente marcado por uma sociabilidade calcada nos grandes latifúndios, que conforme aponta Batista (1980) com o desenvolvimento do capitalismo se torna um empecilho ao desenvolvimento.

A este respeito Batista (2004) que uma autoridade no assunto aponta:

No Alentejo foram os trabalhadores agrícolas temporários o sujeito da reforma agrária. Estes eram historicamente trabalhadores arredados da gestão e organização do processo produtivo. O que sabiam era executar trabalhos indiferenciados e geralmente penosos. A sua esperança possível era um emprego e um salário permanente e não tornarem-se pequenos agricultores, o que aliás parecia condenado pela revolução tecnológica da agricultura alentejana e pelo modelo econômico e social que emergia com nitidez da ideologia comunista dominante nas organizações e movimentos sociais dos assalariados temporários. Quando estes desencadearam, em 1975, o movimento de ocupação de terras e se organizaram em unidades coletivas de produção, cumpriam a sua ideologia e conquistavam um emprego; a terra aparecia-lhes como a possibilidade de alcançar este último objetivo (Batista, 2004, p. 39)

Pela leitura de Batista (2004) os trabalhadores agrícolas eram livres de valores comunitários como a autonomia camponesa que os ligasse a terra e aos núcleos independentes de pequena produção tal qual existia no norte do país. Desta maneira, conforme aponta Godinho (2004):

Por outro lado, a aproximação entre os assalariados do Sul, alienados em relação a propriedade, e o proletariado urbano – legível até na designação que o partido mais citado nas lutas locais, o Partido Comunista Português, lhes atribuiu, operário agrícola – confere uma melhor percepção ao caráter das lutas e das reivindicações neste contexto. (p.99).

A separação entre Norte e Sul se estruturava nesta divisão com a qual o Partido Comunista trabalhou, de um Norte camponês e com vínculos comunitários que se estruturavam na pequena propriedade e uso da terra, com vínculos sociais fortes com

numa estrutura agrária arraigada no isolamento econômico que os separava e impossibilitava seus reconhecimentos enquanto classe; Já no Alentejo, se estaria às portas da revolução uma vez que os vínculos sociais alicerçados no pertencimento dos camponeses à terra haviam sido dissolvidos pelo processo de proletarização agrícola.

Madeira (2004) ao falar do histórico de reorganização do PCP – Partido Comunista Português, aponta que:

Em 1942, quando ainda se travava a batalha interna pela reorganização, Pedro Soares vai a Beja puxar os militantes para o partido que se refundava, mas os militantes do Baixo Alentejo têm pouco que ver com a realidade rural. São sapateiros, barbeiros, funcionários públicos, empregados e apenas um trabalhador rural. (...)Convém ter presente, e só para continuar referir o distrito de Beja, que nos 14 conselhos havia pelo menos mais de quarenta aldeias com mais de 1500 habitantes, o que nestas circunstâncias, constituíam verdadeiras concentrações, socialmente explosivas de assalariados agrícolas. O PCP vai, doravante, construir uma influência duradoura num Alentejo marcado pela grande propriedade, em que, no início da década de cinquenta, os latifúndios com mais de quinhentos hectares de cultura arvense ocupavam 51% de sua área total nesta região, ainda que representassem apenas 2% das explorações agrícolas.(p. 119-122)

O partido Comunista Português trabalhou com estas realidades diferentes. No caso do Alentejo com foco na pauta da Reforma Agrária, no caso do Norte com o chamado processo de florestamento dos baldios⁴.

Em Portugal, a política de florestação dos baldios do Estado Novo foi lançada no final dos anos trinta, mas nesta data, já se encontravam submetidas ao regime florestal, ou seja, tutelados pelo estado, cem mil hectares de baldios. Em 1973, esta área viria a atingir o meio milhão de hectares, dos quais entre 1939 e 1968, haviam sido florestados 271 mil hectares. A área baldia intervencionada pelo estado situava-se de um modo geral, em zonas onde a pequena produção agrícola familiar tinha grande presença, verificando-se em termos geográficos, que mais de 55% desta área se situava acima do rio Douro, e mais de 99%, a norte do Tejo. (BATISTA, 2004, p. 34)

⁴ Os baldios são territórios comunais (que não pertencem nem ao Estado e nem são propriedade privada), remanescentes da dissolução da sociedade feudal. Por tratar-se de regiões de capitalismo tardio mantiveram estes territórios que até hoje tem forte ocorrência na Galícia e no Norte do Portugal, particularmente em Trás os Montes. São territórios geridos pela comunidade local que decide sobre o uso do espaço e sobre a forma de exploração do terreno.

A Lei denominada “Nova Política de Aproveitamento dos Baldios” foi publicada em 1940, permitindo que o Estado se apropriasse dos terrenos baldios pela via da política de florestação⁵. Como era de se esperar a atuação do estado no processo de florestação dos baldios criou um forte atrito com as comunidades locais já que estes terrenos faziam parte de seus próprios pertencimentos sociais.

Foi no fluxo de resistência destas comunidades locais contra o Estado que promovia a florestação dos baldios, a exemplo do que no Sul acontecia com o processo de luta contra o latifúndio na perspectiva de “fazer a reforma agrária” que o PCP constrói seu argumento de luta e resistência.

Dulce Freire (2004) aponta sobre a política florestal dos baldios:

Durante o Estado Novo a intensidade das acções de contestação anda a par com o ritmo de execução da política florestal. Dos anos 30 aos 60, o regime desenvolveu um programa de florestação sistemática de aproximadamente meio milhão de hectares de terrenos “maninhos” que se distribuíam desigualmente pelos Vila Real (138 mil hectares), Viana do Castelo (80 mil ha), Bragança (72 mil ha), Viseu (72 mil ha), Seguram Coimbra (54 mil ha), Guarda (33 mil ha), Leiria (21 mil ha), Aveiro (20 mil ha), Santarém (17 mil ha), e Castelo Branco (10 mil ha). Em termos relativos, os baldios ocupavam entre 30% e 40% do território de Viana do Castelo e Vila Real; entre 14 e 10% em Viseu, Coimbra e Bragança; menos de 10% em Aveiro, Guarda e Leiria. (p. 194)

Esta porcentagem considerável de territórios denominados baldios, localizada mais ao norte de Portugal guardava, como guarda ainda hoje, relações sociais muito particulares que se construíram com fortes vínculos comunitários, diferentemente de regiões em que o capitalismo destituiu os camponeses dos seus meios de produção, no caso a terra. Estes territórios sempre foram geridos pelos compartes, que pela atual legislação⁶ são considerados todos os eleitores, inscritos e residentes nas comunidades locais em que estão os terrenos baldios.

⁵ A política denominada; “Nova política de Aproveitamento” era associada a Lei de Povoamento florestal. A estratégia largamente utilizada pelo Estado era plantar pinheiros, que tendo crescimento rápido formava florestas uniformes que passava a ser de propriedade do Estado.

⁶ Existe uma legislação, chamada “Lei dos Baldios” que especifica que assegura, regula e regulamenta o uso e usufruto dos denominados terrenos baldios.

Estes territórios foram foco da resistência camponesa do Norte, para o qual o PCP – Partido Comunista Português dirigiu sua atuação política dentre as quais o jornal “A Terra”, como veículo de comunicação entre os camponeses.

Apesar da política de florestação desenvolvida pelo Estado Novo, 7,638 baldios, ocupando uma área de 408,000 hectares passaram a ser geridos pelo Estado via os Serviços florestais do Estado que impediam o acesso as comunidades locais pela chamada política de arborização. (Tavares, 2013) Parte destes terrenos permaneceram em mãos das comunidades locais como resultado de um longo percurso de resistências contra a política de florestação. Após a Revolução dos Cravos em 74 os terrenos apropriados pelo Estado foram devolvidos a gestão das comunidades locais⁷.

O PCP – AÇÃO E PROPAGANDA

Apesar da ação do PCP – Partido Comunista Português ter sido mais ampla do que pode sugerir os veículos de propaganda em questão, os jornais planfetários, um dirigido ao operariado agrícola do sul denominado “O Camponês” sem-terra e publicado clandestinamente entre 1947-1968; e outro, dirigido ao pequeno camponês do norte denominado “A terra” publicado entre 1949-1974, teve grande importância na organização dos trabalhadores assalariados agrícolas e camponeses.

Os jornais são documentos do PCP – Partido Comunista Português, já disponibilizados para consulta pública. Textos planfetários rodados em mimeógrafos simples, feitos de forma rápida e propagandista orientados pela linha dada pelo partido e pelas campanhas desempenhadas pela militância.

O fator de propaganda comunista entremeio uma realidade em que os meios de comunicação eram escassos e controlados pelo Estado, a propaganda clandestina funcionava como fator tanto detonador da ação quanto organicamente no interior do partido⁸. Olhando especificamente para o caso do Alentejo, Madeira (2004) aponta:

⁷ Existe em Portugal a BALADI – Federação Nacional dos Baldios, que cuida dos interesses das comunidades na gestão dos baldios e regulamentação de uso entre os compartes.

⁸ Um caso que se configurou com um dos maiores mitos da história do PCP – Partido Comunista Português foi o caso de Catarina Eufêmia, que passa pela publicação de O Camponês. A jovem ceifeira - assalariada rural - foi assassinada com um filho nos braços após apoiar ativamente um rancho de luta por jorna salarial.

É assim, por este mecanismo cíclico, beneficiando do fator coadjuvante, impulsionador, da organização e da propaganda comunista, que parece ser possível explicar a larga extensão dos movimentos sociais nos campos do Sul, bastante para lá dos limites orgânicos existentes, tomando os referenciais reivindicativos veiculados pela imprensa partidária ou por militantes de aldeias mais ou menos próximas, afeiçoando-as localmente e podendo-lhes conferir, desta forma, caráter de autonomia relativa. (p. 123-124)

É notório que nos campos do Sul de Portugal a ação do PCP – Partido Comunista Português sempre foi mais propositiva e presente com relação ao movimento e ação desempenhados no Norte do país onde havia grande dificuldade já que no mais das vezes não havia uma classe patronal para ser destituída. Enquanto no Sul o inimigo eram os patrões, ou seja, os grandes latifundiários, no Norte o inimigo direto era o Estado. E, mais do que isso, o PCP – Partido Comunista Português, seguia a orientação geral de Moscou orientados pela chamada Terceira Internacional Comunista, depois pelo *Komintern*, que ratificara a linha de atuação política na qual a superação do capitalismo passaria pela etapa da destituição dos vínculos comunitários encetando a liberdade necessária ao rompimento dos grilhões.

Madeira (2014), aponta:

No Alentejo, o responsável é Francisco Miguel, que vai lançar o jornal O Camponês, em Maio de 1946 com um caderno reivindicativo unificador para os assalariados, onde se defendia já uma jorna a seco de 50\$00 para os homens e de 30\$00 para as mulheres, entre outras reclamações. (p. 121).

O Camponês teve momentos de interrupção dependendo mais dos afluxos e refluxos orgânicos do PCP – Partido Comunista Português, em função principalmente da desarticulação partidária oriunda de repressões e perseguições por parte do Estado, conforme aponta Madeira (2004). Entre 1951 e 1954 foi um período difícil de repressão e desarticulação partidária, no qual em 1951 O Camponês não foi publicado, e apenas em 1952 conseguiram editar dois números. De 1952 até 1958 o jornal ressurgiu. A partir de 1958, conforme aponta Caia (2018) tem início às guerras coloniais, e, aumento o fluxo migratório desde o Alentejo motivados pelo atrativo de países relativamente próximos como França que experimentavam surto de desenvolvimento industrial. Lembrando que

A reivindicação salarial pela qual Catarina Eufêmia fora assassinada brutalmente por um tiro de um membro da GNR – Guarda Nacional, era a principal orientação de luta promovida pelo jornal O Camponês naqueles anos.

as chamadas campanhas do trigo⁹, entre 1929 e 1935 foram momentos de crescimento da proletarização, mas também de relativa “pax”, já que a exploração era seguida por aumento salarial provocado pelo sucesso inicial do empreendimento.

Segundo as orientações apontadas pelo II Congresso Ilegal do Partido Comunista Português (1946):

Para a mobilização das massas camponesas e para a educação dos quadros camponeses, é de aconselhar a criação de jornais e outras publicações destinados especialmente aos trabalhadores do campo, escritos numa linguagem acessível e com uma apresentação gráfica que facilite a sua leitura. (p. 07)

As orientações do PCP, como se sabe estão bastante fundadas no modelo de um proletariado urbano – industrial que se desenvolvia na chamada margem sul de Lisboa. Ainda que estivessem tratando assalariados rurais, eram operários agrícolas. Nota-se que em 1950 a taxa de analfabetismo em Portugal é da ordem de 41% (CENSO DE PORTUGAL, 2018). Estes panfletos passavam de mão em mão, e normalmente eram lidos em reuniões clandestinas, muitas vezes em horários de descanso ou refeições no campo.

Diferentemente de O Camponês, no panfletário A Terra, apesar da recorrência de alguns temas como Reforma Agrária, e exploração as campanhas eram dirigidas para camponeses que possuíam a terra. E se pautavam, normalmente, nas críticas dirigidas ao Estado Novo e no seu modelo de intervenção nos preços dos produtos como a uva, leite e a batata, por exemplo.

Mas é nomeadamente o tema dos baldios, conforme lembra Dulce Freire (2004) e Fernandes (2017) que mobiliza a ação do PCP e se constitui no tema central tratado pelo jornal A terra, principalmente durante o Prec.

O foco de ataque é o Estado no caso da definição de tarifários e políticas de preços taxados para os produtos. Com relação aos baldios, ates na reivindicação de que eles deveriam ser devolvidos para as comunidades, que fosse criada comissões de gestão e que fosse proposta uma legislação específica. Também que eles fossem recuperados já

⁹ Em 1929 o governo português lança as chamadas campanhas do trigo. Um programa desenvolvimentista que buscava modernizar o país via autonomia alimentar, já que o pão branco a base de trigo era o principal alimento de subsistência, principalmente das populações pobres. As chamadas campanhas do trigo vieram regadas de um pacote de desenvolvimento agrícola como uso industrial do solo, adubação química e uso de agrotóxicos. O Sul do Alentejo, com território plano foi o foco de desenvolvimento do programa impulsionando ainda mais o assalariamento agrícola.

que durante décadas o Estado atuava no florestamento, normalmente de pinheirais, destituindo estes territórios de sua vocação comunitária como o pastoreio, a coleta de lenha, caça e pesca, e recolha de frutos silvestres e outros estativos.

A diferença de organização produtiva com relação ao Sul do país, conforme pondera Batista (1986) faz com que o PCP tenha uma tática de ação e mesmo discurso diferente para organização dos camponeses do Norte do país.

APONTAMENTOS FINAIS

Este texto é fruto de uma primeira pesquisa exploratória, e que tem como objetivo o contato inicial de um pesquisador estrangeiro que não passou pela formação histórica sobre o país. Tem, portanto, como primeiro objetivo a qualificação sobre a história portuguesa no tocante a organização agrícola, produção e movimentos sociais no campo. E, como o tema foi e está sendo tratado atualmente.

O texto teve mais a perspectiva de se inserir no debate buscando ler os acontecimentos elencados na perspectiva de futuramente revisitar o tema. Também de entender o a atual organização produtiva do campo português. Trata-se de um trabalho que deve ser estendido, mesmo por que figura no cronograma de estudos de um pós-doutoramento que está se iniciando.

O interesse em analisar este material de propaganda do PCP – Partido Comunista Português visa entender de que maneira o partido, conectado com ocorrências que estavam acontecendo em Portugal, como a luta antifascista, a pauta da reforma agrária, a desigualdade social, o acesso ao mercado de trabalho e por esta via de produtos e bens de serviço, desenvolvia dois discursos diferentes para o Sul e Norte do país voltados para dois tipos de organização agrícola diferentes.

Também, como revisitar estes temas pode contribuir com o debate temático, considerando que a organização da produção agrícola e da sociabilidade no meio rural português mudou desde então. Vale notar que o PCP – Partido Comunista Português atuava em duas frentes distintas, mas era o Alentejo que estava “as portas da revolução”. Por outro lado, a caracterização da gestão e uso dos baldios, como uma das principais ocorrências da organização rural do norte focada estrategicamente pelo PCP – Partido

Comunista Português, principalmente nos pós 25 de abril, indica novas formas de sociabilidade que chegam a se apresentar como inovadoras. Lembrando que até muito recentemente eram vistos meramente como sobras do feudalismo.

Um dos temas não desenvolvidos neste trabalho, mas que esta rápida visita permitiu despertar atenção e interesse é sobre os efeitos da imigração para a organização do meio agrícola português. Imigração que deve ser entendida de maneira ampla e como vetor político de resistência. Madeira (2004), amparado em estudos de Maria Pinto e Teresa Rodrigues (1996), aponta que houve um “despovoamento” do Alentejo no período que vai de 1951 até 1971, quando os distritos alentejanos perderam mais de 300 mil habitantes. Este fator parece não ser privilegiado pela literatura específica sobre o tema da construção da resistência e dos movimentos rurais em Portugal. Ao que parece precisa ser considerado na explicação da reorganização da agricultura e do mundo rural dos pós 25 de abril, com assento nos pós 1985 com a entrada de Portugal na Comunidade Comum Europeia. Trata-se do fator migratório principalmente em curtas distâncias. Se no Século XIX muitos portugueses, principalmente saídos do norte do país rumaram para América, mais tarde com o surto industrial de países como França e Suíça durante o século XX, muitos portugueses migravam para trabalhar. Fonseca (2004), na busca de explicar a “resistência rural durante o Estado Novo”, ao que parece sem perceber responde ao questionamento que parece se fazer no tocante ao esvaziamento dos projetos de colonização e de regadio, criados pelo regime, quando aponta que: “*Na década de 60, por exemplo, a maioria das colônias ficou quase deserta, à semelhança de muitas aldeias do interior do país (devido aos efeitos do movimento migratório que ocorreu (...)) (p. 85)*”. E, como aponta Fernando Oliveira Batista (2004): “*O êxodo dos anos sessenta, e com ele a ruptura da agricultura tradicional, provocou uma alteração na ênfase posta na colonização. Os trabalhadores tinham agora a alternativa de partir (...), (p. 31)*

O autor italiano *Sandro Mezzadra* (2006) recupera o tema da imigração de maneira geral dando o *estatus* de categoria política de resistência. A “decisão” de imigrar é do imigrante, ainda que realizado dentro dum contexto coletivo, não se trata de uma ação mecânica, mas de um processo que envolve escolhas e decisões. Resistência que compõe duas dimensões: primeiro a recusa, ou a negação da miséria de uma condição presente; e, posteriormente, a construção de alternativas a esta miséria que sempre é construída no ato de imigrar.

REFERENCIAS BIBLIOGRAFICAS

BATISTA, F. O. *Economia e Latifúndio – o caso português*, em: BARROS, A. (coord.) *Agricultura latifundiária na Península Ibérica*. Oeiras: 7, 1980.

BATISTA, F. O. *Trabalhadores agrícolas e agricultores familiares*. Dez anos de factos, debates e projetos. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 18/19/20, pp. 411-450. Lisboa, 1986.

BATISTA, F. O. *Espanha e Portugal, um século de questão agrária*, em: FREIRE, D.; FONSECA, I; GODINHO, P. *Mundo Rural: transformação e resistência na Península Ibérica (século XX)*. Lisboa: Colibri, 2004.

CAIA, J. G. *Oposição social ao Estado Novo no Alentejo: o papel do jornal clandestino “O Camponês” enquanto instrumento político do PCP para a mobilização de trabalhadores rurais (1947-1958)*, monografia defendida no curso de história e arqueologia da Universidade de Évora – Portugal, 2018.

CENSO DE PORTUGAL – *Evolução da População Portuguesa de 1864 a 2011*. Disponível: <http://censosdeportugal.blogspot.com.br/2016/09/10-taxas-de-analfabetismo-1900-2011.html>, acesso: 18\04\2018.

FERNANDESZ E. M. “*Ganhar o Campesinato para a Revolução*”. O PCP e o processo de enquadramento do campesinato nortenho. Lisboa: *Revista Análise Social*, 222 – LII, 2017.

FONSECA, I. *A bem da Nação! Modernização e resistência em meio rural durante o Estado Novo*, em: FREIRE, D.; FONSECA, I; GODINHO, P. *Mundo Rural: transformação e resistência na Península Ibérica (século XX)*. Lisboa: Colibri, 2004.

FREIRE, D. *Os baldios da discórdia: as comunidades locais e o Estado*. FREIRE, D.; FONSECA, I; GODINHO, P. *Mundo Rural: transformação e resistência na Península Ibérica (século XX)*. Lisboa: Colibri, 2004.

FREIRE, J. *O movimento operário e o problema rural na I República*. FREIRE, D.; FONSECA, I; GODINHO, P. *Mundo Rural: transformação e resistência na Península Ibérica (século XX)*. Lisboa: Colibri, 2004.

GODINHO, P. *Movimentos sociais rurais: questões de teoria e métodos*. em: FREIRE, D.; FONSECA, I; GODINHO, P. *Mundo Rural: transformação e resistência na Península Ibérica (século XX)*. Lisboa: Colibri, 2004.

MADEIRA, J. “*Nas nossas terras o partido somos nós*”. *A rede do Partido Comunista Português nos campos*. em: FREIRE, D.; FONSECA, I; GODINHO, P. *Mundo Rural: transformação e resistência na Península Ibérica (século XX)*. Lisboa: Colibri, 2004.

MEZZADRA, S. *Diritto di Fuga: migrazioni, cittadinanza, globalizzazione*, Verona: Ombre Corte, 2006.

PINTO, M. L. R. *Migrações Internas*, In *Dicionário de história do Estdo Novo – II*, Lisboa: CL, 1996.

TAVARES, B *O ambiente e as políticas ambientais em Portugal: contributos para uma abordagem histórica*. Dissertação de mestrado em Cidadania Ambiental, Universidade Aberta, Lisboa, 2013.

- *I Congresso do Partido Comunista Português*. Resoluções. (1943). Disponível: <http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=02597.002.023> (18\04\2018.)

- *II Congresso Ilegal do Partido Comunista Português*. Resoluções. (1946). Disponível: <http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=02597.003.019#!1> (18\04\2018)